

Despacho (extracto) n.º 11 516/2006 (2.ª série). — Designo a assistente administrativa Mariana do Carmo Magarreiro da Conceição Pereira Esteves para exercer as funções de secretariado, no meu Gabinete, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com efeitos a 1 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11 517/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Abril de 2006, no uso de competência delegada:

Licenciada Teresa Maria Soares de Albergaria Abrantes, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal deste Instituto — renovada a licença sem vencimento por um ano, com efeitos a 2 de Junho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11 518/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Abril de 2006:

Licenciada Maria Gabriela Luís Ramos Tomás, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro deste Instituto — nomeada, em regime de substituição, directora do Centro Educativo de S. Fiel, do quadro deste Instituto, com efeitos a partir de 28 de Abril de 2006, nos termos dos artigos 2.º, n.º 4, e 27.º, n.ºs 1, 2 e 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11 519/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Abril de 2006:

Licenciada Maria Cândida de Andrade Varela, assessora principal da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro deste Instituto — nomeada, em regime de substituição, chefe de divisão de Coordenação e Apoio Técnico do Núcleo de Extensão de Braga, do quadro deste Instituto, com efeitos a partir de 28 de Abril de 2006, nos termos dos artigos 2.º, n.º 4, e 27.º, n.ºs 1, 2 e 3, da Lei n.º 2/2005, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11 520/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Maio de 2006, no uso de competência delegada:

Licenciada Alexandra Manuela Martins Mendes, técnica superior principal da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal deste Instituto — autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 1 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Rectificação n.º 832/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2006, o despacho (extracto) n.º 10 504/2006 (2.ª série), onde se lê «Nuno Manuel Ferreira» deve ler-se «Nuno Manuel Matias da Silva Ferreira», e ainda no mesmo despacho (extracto), no seu n.º 3, onde se lê «director do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico» deve ler-se «chefe de divisão de Coordenação e Apoio Técnico».

16 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Despacho n.º 11 521/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a engenheira Patrícia Isabel Matias Corigo para prestar assessoria técnica no meu Gabinete, para o efeito requisitada à empresa Hidroprojecto, S. A.

2 — A remuneração mensal ilíquida da ora nomeada é fixada em € 1750 e será actualizada na mesma percentagem que o índice 100 da tabela indicatória do regime geral da função pública.

3 — A nomeada terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

4 — Quando a nomeada se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Maio de 2006.

30 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 11 522/2006 (2.ª série). — A proposta técnica do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovada, para efeitos de discussão pública, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de Abril, tendo o Conselho de Ministros determinado que se procedesse à abertura do período de discussão pública, de acordo com o procedimento definido no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Através do aviso n.º 5104/2006 (2.ª série), de 27 de Abril, publicou-se a abertura do período de discussão pública da proposta técnica do PNPOT, com início a 17 de Maio de 2006 e a duração de 60 dias úteis.

Considerando que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, que determinou a elaboração do PNPOT, a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) foi incumbida de promover a respectiva elaboração, e que, nesta fase do procedimento, se torna necessário assegurar a coordenação e realização das acções previstas no já mencionado artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

Determino que a DGOTDU seja responsável pela promoção e acompanhamento do procedimento de discussão pública do PNPOT, no decurso do respectivo período e nas fases subsequentes de apuramento, tratamento e análise dos respectivos resultados, nos termos que se encontram definidos no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

8 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 11 523/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Abril de 2006, obtida a anuência do subdirector-geral da Administração da Justiça de 24 de Abril de 2006:

Paulo Joaquim Marques Andrade, escrivão auxiliar, posicionado no índice 337, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça — transferido para o quadro de pessoal desta Secretaria-Geral com a categoria de técnico de informática-adjunto, nível 3, para lugar a aditar e a extinguir a vagar, nos termos e ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe é dada pelo artigo 12.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, conjugado com os artigos 4.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

12 de Maio de 2006. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 6227/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006 da presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo:

Filomena Costa Mendes, assessora jurídica do quadro da ex-Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Alentejo — nomeada para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe da Divisão do Gabinete Jurídico da ex-Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Alentejo, ao abrigo dos artigos 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.